

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Pregão Eletrônico nº 34/2021
Processo nº 23163.003058.2021-81

Arsenal Segurança Privada Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.533.299/0001-01, sito na Rua Santa Cruz, 238, na cidade de Canoas/RS, por seu representante legal, vem à presença do pregoeiro designado, apresentar

CONTRARRAZÕES

ao recurso administrativo interposto pela Empresa Vigitec Segurança Ltda, irresignada com a decisão do pregoeiro, o qual aquiesceu com a proposta de preços da Empresa Arsenal Segurança Privada Ltda e habilitou-a, pelos fundamentos a seguir expostos:

Fundamentos de Fato:

Inicialmente cumpre destacar que ao contrário do que sustenta a recorrente, a Empresa Arsenal participou do certame cumprindo todos os requisitos de habilitação, possuindo, inclusive, total capacidade financeira e técnica para a execução do objeto. Além disso, foi declarada vencedora, apresentando o menor preço dentre os licitantes, cumprindo assim o objetivo fundamental da licitação: a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Vejamos o que ensina o art. 11 da Lei 14.133.2021, aplicada subsidiariamente à modalidade pregão:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

A Arsenal Segurança Privada Ltda fundada em 11/12/2008, ou seja, à 13 anos executando os serviços de vigilância armada, vigilância desarmada e monitoramento de vigilância eletrônica no estado RS, pois conforme atestados anexados atendemos em locais bem distintos distribuídos no RS.

Atualmente a Arsenal tem um efetivo de mais de 370 colaboradores alocados em diversas cidades do RS, executando com qualidade os serviços de vigilância física e eletrônica, iremos aqui demonstrar alguns clientes que caso o Sr. Pregoeiro ache necessário poderá diligenciar a fim de saber informações que o ache necessário:

- TJ – RS;
- Panatlântica – Planta Gravataí e planta Glorinha;
- Josapar – Planta Itaqui;
- If-Sul – Campus Gravataí e Campus Pelotas – CAVG;
- Banrisul Armazéns Geras – Canoas;
- IFRS – Campus Canoas;
- Receita Federal – Rio Grande e Chuí;
- Embrapa – Bagé;
- M.T.E. – Novo Hamburgo;
- Senac – Poa;
- Ceasa – Poa;
- Incra – Poa;
- Anatel – Poa;
- IBGE – Poa;
- Secretaria da Segurança Pública – Poa.

Como aqui descrito pela Arsenal são alguns dos clientes que a Arsenal executa os seus serviços e estes são os mesmos descritos no objeto do edital de nº 34/2021.

Passando agora a impugnação específica dos pontos elencados pela Empresa recorrente:

1) Da alegação de não apresentação da declaração do item 5.11:

Em que pese a recorrente sustente que não houve essa declaração, impende destacar que, quando do cadastro no sistema do site "ComprasNet", existem campos específicos os quais têm que ser selecionados sob pena de impossibilidade de finalização do cadastro da proposta em questão e do prosseguimento como concorrente no certame. Destacamos também que o pregoeiro via chat no dia 01/12/2021 às 14:03:24 questionou se a Arsenal teria a capacidade financeira de arcar com os valores, e via chat no dia 01/12/2021 às 14:10:01 a Arsenal respondeu que tem a capacidade financeira e operacional com as expertises necessárias para executar o contrato. Não bastasse isso, importante lembrar que constitui crime previsto no art. 299 do Código Penal prestar declaração falsa. Além disso, o simples fato de participar de um certame com a complexidade de objeto como o aqui discutido gera a presunção de que a contrarrazoante tomou ciência de todas as regras e obrigações previstas no edital. Assim, infundada a objeção quanto a este ponto.

2) Da qualificação técnica e atestados apresentados:

a) Item 9.11 – "Comprovação de aptidão para prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou com item pertinente, mediante a prestação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado." – É notório que a Empresa Arsenal, Empresa de pequeno/médio porte, com clientes espalhados por todo o Estado do RS, possui capacidade e qualidade em seus serviços. A irresignação da recorrente apenas aponta e corrobora o aqui discutido, uma vez que indica, em seu

recurso, as páginas exatas dos atestados compatíveis com o objeto da licitação. Razão não lhe assiste ao alegar que a recorrida não cumpre os requisitos impostos, inclusive, caso o Pregoeiro entenda pertinente, poderá diligenciar perante as empresas emissoras dos atestados a fim de comprovar o aqui afirmado.

b) Item 9.11.1.4 – “Deverá haver a comprovação de experiência mínima de 3 anos na prestação de serviço sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 3 anos serem ininterruptos conforme item 10.7.1 do anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017. – Tal fundamento também não merece prosperar. Isto porque os atestados possuem prazo superior a três anos, bastando verificar os atestados anexados pela Arsenal. No mais, a recorrente não logrou êxito em comprovar que os referidos atestados não atendem aos requisitos impostos.

Outrossim, o fato do responsável técnico e engenheiro eletricista Sr. Eliézer Knob de Souza registro CREA-RS nº 160199 ter sido registrado em 27/10/2021 não impede que a empresa recorrida tenha outro responsável técnico em período pretérito, fato este que também pode ser comprovado por diligência a ser realizada pelo pregoeiro, caso assim entenda. Ainda para corroborar estamos enviando em arquivo por e-mail – if-colicit@ifsul.edu.br - o contrato anterior que a Arsenal possuía com o Eng. Eliezer porque o CREA-RS solicitou a troca da Cláusula Segunda aonde o contrato anterior e registrado na data de 29/09/2020 com validade 31/03/2022 redigia “A vigência é por prazo determinado” e conforme solicitação do CREA-RS no novo contrato e na mesma cláusula descreve “A vigência é por prazo indeterminado”.

c) Item 9.12.3 – “Para o responsável técnico: atestado(s) de responsabilidade técnica, registrado no CREA/RS comprovando estar apto ao desempenho das atividades compatíveis com o objeto da presente licitação, conforme artigo 59, da Lei n. 5194 de dezembro de 1966” – Tal item, por sua vez, também não merece prosperar, pois conforme estabelece o edital convocatório, a recorrida apresentou a documentação que comprova: I) estar registrada junto ao CREA/RS; II) atestados de capacidade técnica; III) profissional responsável técnico com registro no CREA/RS; IV) CAT emitidas pelo CREA/RS; V) ART emitidas pelo CREA/RS; VI) acervo do responsável técnico registrados no CREA/RS. Por óbvio que para possuir vasta qualificação técnica, com documentação registrada junto ao CREA/RS, a empresa Arsenal está apta para a execução do objeto contratual. Sendo o recurso com objetivo único e exclusivo de tumultuar o certame e protelar a adjudicação e o início da execução do serviço. Tanto que a recorrente demonstra que a Arsenal anexou a documentação solicitada e na busca de tumultuar o certame que a documentação apresentada “não tem validade”, porém toda documentação solicitada desde o Item 9.11 – Qualificação Técnica, esta anexada conforme é solicitado em cada item descrito. Destacamos, mais uma vez, que o preço ofertado pela recorrente é muito superior ao apresentado pela recorrida, fato este que por si só rechaça qualquer fato que possa vir a ser alegado neste sentido. Também reforçamos que a Arsenal cumpre todos os requisitos conforme pede o descrito no edital no Item 9.12.3: conforme (grifo nosso) artigo 59, da Lei n. 5194 de dezembro de 1966”. Estamos enviando em arquivo por e-mail a lei descrita para – if-colicit@ifsul.edu.br.

Não bastasse isso, o e-mail anexado ao recurso é manifestamente unilateral e facilmente manipulável, com perguntas direcionadas/diretas e inseridas fora de contexto do edital convocatório. O correto caso a recorrente pretendesse questionar a documentação apresentada deveria instigar o pregoeiro para que o fizesse, consoante determina a legislação vigente. Acrescente-se a isso que a empresa Arsenal através de seu representante legal Sr. Demóstenes Müller foi até o CREA-RS no dia 08/12/2021, foi atendida pelo Sr. Marcelo da Silva e Silva, a fim de elucidar o ocorrido, oportunidade na qual foi informada que possui plena capacidade para execução do objeto do edital nº 34/2021 e que sua documentação atende aos requisitos e itens descritos, solicitados e previstos no edital. Foi informado que os contrapontos descritos pela recorrente não merecem prosperar pois o que se pede no edital, aqui já mencionado, a LEI deste certame, a Arsenal anexou corretamente o que foi solicitado. Diante o exposto, caso seja o entendimento do pregoeiro, este deve diligenciar ao CREA/RS para que tire suas próprias conclusões.

d) Item 9.12.4 – “As licitantes, quando solicitadas deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte a contratação e as correspondentes certidões de acervo técnico CAT, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.” Quanto a este ponto, repisa-se que todos os documentos foram devidamente anexados ao sistema e estão disponíveis para consulta, não merecendo prosperar os argumentos rasos da recorrente.

3) Histórico recente do IF-SUL Venâncio Aires – Sustenta a recorrente ter ocorrido descumprimento contratual por empresa alheia, sequer participante do debate aqui exposto, apenas para trazer a tona o histórico do órgão licitante. Todavia, é prerrogativa da Administração Pública rescindir contratos não cumpridos, conforme previsão contratual e lega, o que não necessariamente acontecerá caso a recorrida seja vencedora desta licitação. Corroborando a elucidar sobre o tema trazido da recorrente, a empresa MW que teve o contrato reincidido com o IF-Sul Venâncio Aires teve o impedimento de licitar com os órgãos a nível estadual por descumprimento de regras junto ao contrato do TJ-RS o qual a Arsenal assumiu o mesmo contrato remanescente e assinado em 05/10/2020 sob nº 140/2020, hoje está com 68 postos de vigilância armada, comprovando mais uma vez que a Arsenal tem qualidade e qualificação técnica e operacional, iremos enviar o arquivo do atestado fornecido pelo TJ-RS por e-mail – if-colicit@ifsul.edu.br. O argumento utilizado é um mero devaneio que visa apenas a protelar a adjudicação do objeto a recorrida.

4) Do Direito

Consoante determina o Princípio da Proposta Mais Vantajosa para a Administração Pública, previsto na Lei de Licitações e aplicado subsidiariamente à modalidade Pregão, a finalidade maior da licitação que é a busca da proposta mais vantajosa, neste caso, a de menor preço.

Outrossim, a Lei 8.666, em seu art. 3º, também determina que:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração [...]”

Neste sentido, é indiscutível que a empresa recorrida possui o melhor preço, atendendo o exposto na legislação e ao melhor interesse da Administração.

Contraditória é a alegação da recorrente sobre o princípio da vinculação ao edital, uma vez que cumpridos todos os requisitos ali previstos pela empresa Arsenal.

Podemos destacar, ainda, o art. 59 da Lei 5.194/64 que regula o exercício das profissões de engenheiro:

"Art. 59. As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.

§ 1º O registro de firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral só será concedido se sua denominação fôr realmente condizente com sua finalidade e qualificação de seus componentes.

§ 2º As entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista que tenham atividade na engenharia, na arquitetura ou na agronomia, ou se utilizem dos trabalhos de profissionais dessas categorias, são obrigadas, sem quaisquer ônus, a fornecer aos Conselhos Regionais todos os elementos necessários à verificação e fiscalização da presente lei.

§ 3º O Conselho Federal estabelecerá, em resoluções, os requisitos que as firmas ou demais organizações previstas neste artigo deverão preencher para o seu registro."

Logo, atendidos todos os requisitos previstos na lei pela empresa vencedora do certame.

Ademais, não se pode olvidar que formalismos exacerbados, como pretende fazer valer a recorrente, prejudicam o regular trâmite do procedimento e acabam por lesar a Administração Pública.

Por outro lado, no que tange às diligências acima referidas a serem realizadas pelo pregoeiro, dispõe o art. 43, § 3º da Lei 8.666/1993 que "É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo". Isto posto, fica evidente que a qualquer momento que entenda ser necessário, o pregoeiro poderá diligenciar em busca de elucidar informações ou documentos controvertidos. Se não o fez até o presente momento pressupõe-se que não houve necessidade.

As decisões tomadas pelo pregoeiro até esta data foram pautadas e regidas pelos princípios basilares das licitações, não havendo o que se falar em irregularidades quanto às documentações da empresa recorrida.

Ante o exposto, considerando que a recorrente não apresentou nenhum argumento capaz de modificar a acertada decisão do pregoeiro, requer que seja indeferido o recurso administrativo e ratificada a decisão tomada pelo pregoeiro.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Canoas, 09 de dezembro de 2021.

Arsenal Segurança Privada Ltda.

Fechar